

Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocamos aqui a nossa expectativa e, quem sabe, até a nossa esperança para que este Governo da Nova República, apoiado por todas as forças de inteligência e sensibilidade deste País, desperte para esta realidade, para que não sejamos mais um País somente de especulação dos juros, da especulação financeira e valorizemos o trabalho e os trabalhadores, dando-lhes salários justos que o permitam dignificar e honrar a sua família.

O Sr. Alcides Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ALCIDES LIMA (PFL — RR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos manifestar a nossa alegria e o nosso júbilo pelas notícias veiculadas hoje sobre a recuperação da saúde do Presidente e por saber que a Nação acordou aliviada da tensão, da angústia e da expectativa. A Nova República haverá de consolidar todas as aspirações, todos os sonhos de democracia do povo brasileiro. Acreditamos na postura sincera, correta e leal do Presidente José Sarney. Entendemos que as providências administrativas estão sendo tomadas dentro dos entendimentos existentes entre os partidos que compõem a Aliança Democrática. Temos certeza de que o aqoamento e a intempetividade não são componentes de um Governo que quer retomar o desenvolvimento do País, retomar as liberdades democráticas, consolidar as instituições do Estado e da democracia. Daí concordarmos em que o Brasil precisa e deve entrar na sua normalidade, mas dentro de uma filosofia reformista, e não de uma filosofia revolucionária radical. Essa postura do Governo é bastante consentânea com o *modus operandi* do grande estadista, Presidente Tancredo Neves. E hipotecamos a nossa mais irrestrita solidariedade ao Presidente em exercício, José Sarney, pelas providências e medidas que está tomando, coadjuvado com as inteligências das lideranças políticas mais respeitáveis deste País.

O Sr. Assis Canuto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ASSIS CANUTO (PDS — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, um articulista do *Jornal do Brasil*, da edição de hoje, traz matéria com título até interessante: "Uma briga de foice".

Realmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tão logo o conselho político decidiu que seriam preenchidos os cargos de segundo e terceiro escalões, mesmo a despeito do estado de saúde de S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, houve uma verdadeira maratona aos cargos disponíveis. O articulista, com muita propriedade, diz:

"Tensão na Aliança Democrática e insistentes mal-entendidos marcam o início das negociações entre o PMDB e a Frente Liberal para a formação do segundo e terceiro escalões do Governo."

Na realidade, Sr. Presidente, enquanto a sociedade civil brasileira aguarda as tão propagadas mudanças prometidas durante a campanha, ainda não vimos nenhum indicio real de que elas tenham ocorrido. Tenho visto nos jornais, quase que diuturnamente, afirmações de S. Ex^a, o Ministro da Fazenda, dizendo que os caloteiros e os corruptos, os criminosos de colarinho branco iriam para a cadeia. Até agora não vimos nenhum dirigente do Sulbrasilero, do Habitassul ou do Brasilinvest nas barras da prisão. O povo está ansioso para ver se esses protago-

nistas, esses que ludibriaram e se locupletaram com as economias populares realmente serão punidos.

Por outro lado, causa-nos espêcie que o conselho político tenha induzido S. Ex^a, o Presidente em exercício, Dr. José Sarney, a encaminhar mensagem para o Congresso Nacional retirando, acabando, extirpando a figura dos Municípios considerados área de segurança nacional. Se nos detivéssemos para olhar a relação dos 31 Municípios aqui relacionados, poderíamos afirmar, sem medo de errar, que para cada um deles existem mais de 2 projetos tramitando nesta Casa e no Senado para realmente buscar a sua legitimidade, buscar no seio do povo a eleição para a escolha dos seus dirigentes.

Acho que S. Ex^a, como ex-Senador brilhante que foi, poderia, no máximo, estimular as Lideranças partidárias para que dessem o caráter de prioridade à tramitação dos projetos sobre o assunto, para que realmente o Congresso Nacional saísse fortalecido nesta luta, que não é do Presidente da República, mas de todos nós. É do Deputado Rubem Figueiró de Mato Grosso, que vem batalhando aqui há mais de 8 anos para que haja eleições nesses Municípios do seu Estado tal como os Deputados Geraldo Fleming, Gastone Righi e tantos outros que poderíamos citar, que têm seus projetos nesta Casa tramitando a passo de tartaruga. E poderia o conselho político no mínimo ter estimulado as Lideranças dos partidos para que realmente colocassem esses projetos na Ordem do Dia para serem votados, porque o objetivo é fazer com que nesses Municípios ocorram eleições. Então não interessa se a proposta vem do Executivo ou do Legislativo. Acho que se é realmente para mudar, se é para prestigiar o Poder Legislativo, a iniciativa não deveria caber porque aqui já tramitam vários projetos neste sentido.

Portanto, aqui fica esta ressalva por parte da Liderança do PDS: deste jeito, é quase impossível, realmente, o Congresso Nacional retomar suas prerrogativas.

O Sr. Sérgio Lomba — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PDT defende eleições diretas em todos os níveis. Assim, só poderíamos manifestar aqui satisfação pela decisão da Comissão Mista, que estuda as reformas eleitorais, no sentido de conceder representação política ao Distrito Federal, através de três Senadores e oito Deputados Federais.

A população do Distrito Federal, que já vai amadurecendo e criando raízes como povo organizado, merecia, efetivamente, desta Casa e do Senado Federal uma posição em favor de sua representação política. É digna, pois, dos nossos elogios essa decisão que — sabemos bem — será referendada na Câmara e no Senado.

No entanto, Sr. Presidente, parece-nos que não é suficiente conceder ao cidadão brasileiro a metade da sua cidadania. Ele vai ter, a partir de 1986, Senadores e Deputados Federais representando-o nesta Casa, mas não fica completa ainda a sua representação. Não é possível que esta Casa chegue ao consenso de que Brasília deve eleger três Senadores e oito Deputados e que o seu Governador continue sendo nomeado.

Há um consenso a respeito das eleições dos Prefeitos das Capitais ainda este ano. A Comissão Mista já se definiu quanto a elas. Iremos às urnas — e ir às urnas é sempre bom — nas Capitais de todos os Estados, menos na Capital da República. Isto é um absurdo.

Não se concebe que se dê ao povo de Brasília o direito de eleger três Senadores e oito Deputados Federais e não se lhe dê, igualmente, o direito de escolher livre e so-

beraneamente o seu Governador. Nesse sentido, apelo para todas as Lideranças desta Casa e do Senado Federal, para que se aproveite a emenda que será feita restabelecendo eleições diretas para Prefeitos das Capitais, que deverão realizar-se a 15 de novembro deste ano, e se dê também ao povo brasileiro o direito de escolher o seu Governador. Por melhor que sejam as intenções, por melhor que sejam os objetivos do Governo ao nomear o Governador que irá dirigir os destinos de Brasília, esse governador nomeado não contará com o apoio popular.

O povo de Brasília é maduro o suficiente para saber quem deve colocar à frente dos seus destinos.

O PDT defende intransigentemente que, da emenda constitucional que transforma as eleições de Prefeito das Capitais em diretas, a partir de 15 de novembro de 1985, conste o direito do cidadão brasileiro de escolher o seu governante. Será puro fatismo votarmos aqui uma emenda constitucional dando aos cidadãos das Capitais de todos os Estados o direito de escolherem os seus governantes e não concedermos este mesmo direito à grande população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Lomba o Sr. Leur Lomanto, 2º-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Orestes Muniz, Suplente de Secretário.

O Sr. Cássio Gonçalves — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Muniz) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CÁSSIO GONÇALVES (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não obstante os dias traumáticos que vive a Nação em razão do afastamento do Presidente eleito Tancredo Neves, ainda preso a um leito hospitalar, o que o impede de assumir as rédeas dos destinos desta Nação, conforme o desejo de toda a população brasileira, a Liderança do PMDB tem a alegria de vir a este plenário dizer que os poderes constituídos da Nação estão a pleno vapor.

O Congresso Nacional, além da intensa atividade política de suas principais Lideranças, dos Srs. Deputados e Senadores, até em razão desses dias de crise, está estudando profundamente, através da Comissão Suprapartidária, as modificações a serem introduzidas, no mais breve espaço de tempo possível, na legislação partidária e eleitoral, visando ao seu aperfeiçoamento para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte.

Na área do Executivo, algumas medidas já foram anunciadas, e outras tomadas, do maior alcance político e até social. Não foi ainda mencionada aqui a portaria assinada ontem pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, revogando a portaria que disciplina as eleições sindicais. Ora, este ato, da estrita competência do Ministério do Trabalho, tem o maior sentido social. É um passo decisivo no caminho da autonomia e da independência sindical brasileira. Não tem mais razão de ser o Estado brasileiro, através do seu Ministério do Trabalho, continuar disciplinando, como até então tem feito, a vida sindical brasileira.

E auspicioso verificar que o Ministério do Trabalho começa a devolver aos sindicatos a sua independência, para que possam eleger sua diretoria. Eles terão o prazo de um ano para adaptarem seus estatutos e se prepararem para assumir, por conta própria, a responsabilidade de estabelecer as regras através das quais a categoria elegerá seus principais dirigentes.

Outras áreas já foram mencionadas aqui, como a da censura. A censura é um problema difícil para todo o Poder Público, mas pretende-se, agora, assumir os contornos específicos de um regime democrático.